

SER Finanças – Serviços Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 42.724.883/0001-22 – NIRE 35.300.608.330
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de setembro de 2024

Data, Hora e Local: 04 de setembro de 2024, às 13:00 horas, na sede da **SER Finanças – Serviços Financeiros S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 702, conjunto 101, Itaim Bibi, CEP 04532-002. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Jânio Janguê Bezerra Diniz, Presidente; **Nathalie Regnier Cortes**, Secretária. **Ordem do Dia:** Discutir, examinar e deliberar sobre: **a) em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e balanço patrimonial referentes ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação do resultado do exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) a reeleição dos membros do Conselho de Administração; **b) em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) a rerratificação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2023 ("AGE de 02/01/2023") arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 100.690/23-3 de 10 de março de 2023; (ii) a alteração de endereço da Companhia; (iii) o aumento de capital social da Companhia; (iv) a reforma do Artigo 11 do Estatuto Social, de forma incluir o Parágrafo 2º; e (v) a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Considerações Preliminares:** Tendo em vista a presença dos acionistas que representam a totalidade do Capital Social votante da Companhia, considerou-se sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no Artigo 133 da Lei das S.A., bem como a inobservância dos prazos referidos em tal artigo, nos termos do parágrafo 4º. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Assembleia Geral Ordinária foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima foram manifestados expressamente durante a Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através da plataforma digital com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. **Deliberações:** As acionistas deliberaram sem quaisquer ressalvas: **a) em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e balanço patrimonial do exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2023, conforme publicados em 02 de maio de 2024, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED da Receita Federal do Brasil, conforme as seguintes Hash(s) de publicação:

Hash(DLPA)	A2EB6F76B317AE706123731 EF5524CF38FEDB973
Hash(DRE)	B382145658B48A169F7332B511BF211DFC2DA1D5
Hash(BPE)	3804F046BE58AB524FD999999C33C6861C24E6A9

(ii) Em virtude de ter sido verificado prejuízo no período referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a deliberação quanto a destinação dos lucros e sua distribuição restou prejudicada e o saldo será destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia. (iii) A reeleição dos seguintes membros para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 1 (um) ano, os **Srs. Jânio Janguê Bezerra Diniz**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.169.091-SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 567.918.444-34, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, Santo Amaro, bairro de Santo Amaro, CEP 50.100-200, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **Joaldo Janguê Bezerra Diniz**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.959.418 SSP/PE e inscrito no CPF/MF nº 028.159.254-35, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, Santo Amaro, bairro de Santo Amaro, CEP 50.100-200, para o cargo de conselheiro; e **Rodrigo de Macedo Alves**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.442.636-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 265.630.488-11, com endereço profissional na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida da Saudade, nº 254, Santo Amaro, CEP 50100-200, para o cargo de conselheiro. (iii.i) Pela assinatura dos termos de posse anexos ao presente instrumento como **Anexo I**, os Conselheiros ora eleitos tomam posse de seus cargos e declaram, sob as penas da lei e para todos os fins de direito, que não estão impedidos por lei especial; condenados, ou sob efeitos de condenação, por crime falimentar, de prevaricação peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Ainda, os acionistas consignam que os termos de posse dos Conselheiros ora eleitos serão arquivados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, o qual será arquivado na sede da Companhia. **b) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Retificar e ratificar a AGE de 02/01/2023, a saber: (i.i) Retificar a informação constante na presença de acionistas mencionado no fecho da AGE de 02/01/2023, uma vez que constou erroneamente a empresa 3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A., quando o correto e de acordo com seus livros societários seria a empresa SER Educacional S.A.

Onde se lê:	Acionistas presentes representando 100% do capital social da Companhia: 3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A. (p. Adriano Lisboa de Azevedo e João Alberico Porto de Aguiar) e Uninassau Participações S.A. (p. Adriano Lisboa de Azevedo e João Alberico Porto de Aguiar).
Leia-se	Acionistas presentes representando 100% do capital social da Companhia: SER Educacional S.A. (p. Adriano Lisboa de Azevedo e João Alberico Porto de Aguiar) e Uninassau Participações S.A. (p. Adriano Lisboa de Azevedo e João Alberico Porto de Aguiar).

(i.i) Ratificar as demais deliberações e informações constantes daquele conclave. (ii) Aprovar, a alteração de endereço atualmente localizado na Rua Bandeira Paulista, nº 702, Itaim Bibi, conjunto 101, São Paulo/SP, CEP 04532-002, para o novo endereço na **Rua São Tomé, nº 119, salas 21, 22, 23, 24 e 25, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551080**. (iii.i) Com a deliberação supra, alterar o Caput do **Artigo 2º** do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº 119, salas 21, 22, 23, 24 e 25, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551080. [...] (iii) Aprovar, o aumento do capital social da Companhia de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado para **R\$ 17.827.485,00** (dezessete milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), um aumento efetivo, portanto, de **R\$ 17.817.485,00** (dezessete milhões, oitocentos e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) mediante a emissão de 17.817.485 (dezessete milhões, oitocentas e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e cinco) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, com base no artigo 170, § 1º, incisos I e II, da Lei das S.A.. Referidas ações são totalmente subscritas e integralizadas nesse ato, em moeda corrente nacional. (iii.i) Com o consentimento expresso dos demais acionistas da Companhia, o montante total do referido aumento de capital é subscrito e integralizado pela acionista **SER Educacional S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida da Saudade, nº 254, bairro Santo Amaro, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50100-200, inscrita no CNPJ sob o nº 04.986.320/0001-13, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob NIRE nº 26.3000.1679-6 ("SER"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, conforme disposto no Boletim de Subscrição presente neste instrumento como **Anexo II**. (iii.ii) O aumento de capital social subscrito pela acionista SER é integralizado mediante capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) detido pela SER contra a Companhia, nesta data, em montante total equivalente a R\$ 17.817.485,00 (dezessete milhões, oitocentos e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), verificado em Reuniões do Conselho de Administração da acionista SER nas datas de 02/10/2023 no valor de R\$ 11.410.485,06 (onze milhões, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e seis centavos) e 11/03/2024 no valor de R\$ 6.407.000,00 (seis milhões, quatrocentos e sete mil reais). Por não perfazer o valor necessário para a emissão de 1 (uma) ação de emissão da Companhia, o montante excedente de R\$ 0,06 (seis centavos) resultante da capitalização do AFAC, será alocado à reserva para futuro aumento de capital da Companhia. (iii.iii) Tendo em vista o aumento de capital aprovado acima, os acionistas decidem por alterar e consolidar o caput do **Artigo 5º** do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar, de agora em diante, com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital da companhia totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 17.827.485,00 (dezessete milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), dividido em 17.827.485 (dezessete milhões, oitocentas e vinte e sete mil, quatrocentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. [...] (iv) Aprovar a reforma do **Artigo 11** de forma a incluir o parágrafo 2º de que trata da eventual abdicacão ao direito de perceber remuneração dos diretores. (iv.i) Com a deliberação supra, o **Artigo 11** do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 11** A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração, como órgão de deliberação colegiada, e à Diretoria, cabendo a esta última, sob a supervisão e controle do Conselho de Administração, gerir as operações diárias da Companhia. **Parágrafo 1º.** A remuneração global dos membros da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo a deliberação sobre a forma de sua distribuição ao Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração não farão jus a remuneração. **Parágrafo 2º.** Os diretores poderão abdicar aos seus direitos de remuneração, quando estes forem remunerados por outra empresa do grupo." (v) De modo a refletir a alteração acima, decidem os acionistas por consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar, de agora em diante, com a redação constante do **Anexo III. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida apalavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi sussesta a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Certificado e Autorização:** O secretário certifica que esta é uma cópia fiel da ata registrada no livro próprio. A lavratura da ata na forma sumária foi autorizada, pelas acionistas da Companhia, conforme previsto no artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. **Assinaturas:** Mesa: Jânio Janguê Bezerra Diniz – Presidente; e Nathalie Regnier

Cortes – Secretária. **Acionistas:** SER Educacional S.A. (p. Jânio Janguê Bezerra Diniz e Adriano Lisboa de Azevedo) e Uninassau Participações S.A. (p. João Alberico Porto de Aguiar e Adriano Lisboa de Azevedo). São Paulo, 04 de setembro de 2024. **Jânio Janguê Bezerra Diniz** – Presidente da Mesa; **Nathalie Regnier Cortes** – Secretária da Mesa. **Acionistas:** **SER Educacional S.A.** P. Jânio Janguê Bezerra Diniz; P. Adriano Lisboa de Azevedo. **Uninassau Participações S.A.** P. João Alberico Porto de Aguiar; P. Adriano Lisboa de Azevedo. **Estatuto Social – Capítulo I – Denominação, Lei Aplicável, Sede, Foro e Prazo de Duração: Artigo 1º.** A Companhia tem a denominação social de **SER Finanças – Serviços Financeiros S.A.** e rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº 119, salas 21, 22, 23, 24 e 25, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551080. **Parágrafo único** – A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, escritórios, subsidiárias e quaisquer outras instalações, no Brasil ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Objeto Social: Artigo 4º.** A sociedade tem por objeto: (i) emissão, administração e/ou gestão de cartões de crédito, débito e múltiplos de qualquer modalidade, de emissão própria ou de terceiros, compreendendo quaisquer atividades principais, acessórias ou correlatas a esse meio de pagamento, administrando e/ou fazendo a gestão de direitos e obrigações pertinentes às operações com cartão de crédito e débito, atuando com a qualificação concedida pela Súmula nº 283, do Superior Tribunal de Justiça, rigorosamente nos limites de definição. CNAE: 6613400 e 6619305; (ii) exercício de funções de correspondente bancário no país de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, prestando serviços de, ou outros relacionados: (a) recepção e encaminhamento de propostas de contas de depósitos à vista ou a prazo e de poupança; b) recebimentos e pagamentos relativos à contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como aplicações e resgates em fundos de investimentos; (c) recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos com a instituição financeira contratante, na forma de regulamentação em vigor; (d) execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome da instituição financeira contratante; (e) recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos de qualquer espécie ou modalidade, inclusive imobiliários, habitacionais ou não; (g) análise de crédito e cadastro; (f) recepção e encaminhamento de proposta de emissão de cartões de crédito; (h) atividades de controles, inclusive processamento de dados, dos negócios contratados, e (i) outras atividades permitidas nos Termos de Regulamentação do Conselho Monetário Nacional e/ou do Banco Central do Brasil. CNAE: 6619302, 7020400 e 6202300; (iii) intermediação de serviços e/ou negócios, observadas as limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários e/ou Conselho Nacional de Seguros Privados e/ou da Superintendência de Seguros Privados. CNAE: 7490104; (iv) exercer as funções de estipulante e/ou subestipulante de seguros diversos, nos termos da Regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados e/ou da Superintendência de Seguros Privados. CNAE: 6629100 e 6622300; (v) exercer as funções de estipulantes e/ou de promoção e divulgação de planos Privados de Assistência à Saúde classificados como coletivos por adesão, cujos registros e modos de contratação cumpram os termos da Regulamentação editada pela agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS. CNAE: 6629100 e 6622300; (vi) compra e venda de carteiras de recebíveis de terceiros e para terceiros. CNAE: 6619399; (vii) prestar serviços de promoção de vendas, de processamento de serviços de telemarketing, de gestão comercial, de assessoria financeira comercial, de análise de crédito, de assessoria mercadológica, de gestão, de seleção, de riscos, de acompanhamento de contas a receber e a pagar. CNAE: 7319002, 8211300 e 7490199; (viii) promover a abertura e manutenção de banco de dados e de perfis financeiros e/ou de consumo, de pessoas físicas, nos lermos da legislação em vigor, com vistas a ofertas de produtos e/ou negócios financeiros, imobiliários, de seguros, de assistência, seja de modo autônomo ou relacionado a algum outro produto e/ou negócio aqui não mencionado. CNAE: 6499999 e 8299799; (ix) criar, administrar e representar sistemas de vendas em geral, consistentes numa estrutura jurídico-contratual, comercial e sistêmica, organizada com base em conjuntos de Sociedades interrelacionadas, de modo a permitir a realização de vendas a pessoa física, por intermédio de agentes de distribuição. CNAE: 8299799 e 7490104; (x) promover o recebimento e o respectivo processamento de valores em geral, representados por faturas, títulos ou outros documentos quaisquer de terceiros, pessoas físicas e jurídicas. CNAE: 8299706; (xi) prestar serviços de exibição, divulgação e veiculação de materiais publicitários com marcas de terceiros. CNAE: 7319099; (xii) promover a criação de estabelecimentos comerciais e lojas para prestação de todo e quaisquer serviços acima referidos. CNAE: 8299799; (xiii) atuar como agente ou distribuidor, nos termos da Lei 10.406/02. CNAE: 7490104; (xiv) participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista. CNAE: 6462000; (v) a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não-financeiras. CNAE: 8299799; (xvi) o aluguel, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a capturar processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza que possam transitar em rede eletrônica. CNAE: 7390999, 8219999 e 6399200; (xvii) a administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não-financeiras, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas informáticos. CNAE: 6613400, 6619305 e 6399200; e (xviii) desenvolvimento de outras atividades correlatas de interesse da Sociedade. CNAE: 6499999 e 8299799. **Capítulo III – Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de **R\$17.827.485,00** (dezessete milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), dividido em 17.827.485 (dezessete milhões, oitocentas e vinte e sete mil, quatrocentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária dá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** Mediante deliberação da Assembleia Geral, poderão ser criadas novas classes de ações. **Parágrafo 3º.** Os acionistas não poderão, direta ou indiretamente, impor ou criar quaisquer gravames sobre as ações das quais são titulares sem o prévio e expresso consentimento dos demais acionistas, salvo se tal gravame for criado único e exclusivamente com a finalidade de constituir garantia em favor de terceiros para a obtenção de financiamento para a Companhia. **Artigo 6º** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 50.000.00,00 (cinquenta milhões), incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária. **Parágrafo 1º.** O aumento do capital social previsto no caput acima será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições de emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **Parágrafo 2º.** Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 75 e 59, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Para fins dos artigos 76 e 59, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis poderão ser emitidos por deliberação do Conselho de Administração. **Artigo 7º.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou para cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo IV – Assembleia Geral: Artigo 8º.** Respeitada a legislação em vigor, a Assembleia Geral será convocada na seguinte ordem: (a) pelo Presidente do Conselho de Administração; (b) por um dos demais membros do Conselho de Administração, nos casos de ausência ou impedimento do Presidente; (c) pelas pessoas legalmente habilitadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 1º.** Os acionistas serão convocados para quaisquer Assembleias Gerais da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, por mensagens de correio eletrônico com confirmação de entrega, ou carta registrada com aviso de recebimento, indicando a data, o local e a hora de sua realização e as matérias que serão submetidas à deliberação, devendo os destinatários confirmar prontamente o seu recebimento, sendo que a não confirmação por parte de qualquer acionista não afetará os efeitos do recebimento da convocação por cada acionista. **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação, instalar-se-á com a presença de qualquer número de Acionistas. **Parágrafo 3º.** Com exceção das matérias que a Lei das Sociedades por Ações exija quórum qualificado para deliberação, as deliberações da Assembleia Geral deverão contar com o voto favorável de Acionistas que representem a maioria das ações com direito a voto da Companhia. **Parágrafo 4º.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais serão realizadas: (i) ordinariamente e anualmente, com a finalidade prevista no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, nos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento de cada exercício social; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 10.** Sem prejuízo das demais atribuições legais, a Assembleia Geral terá competência exclusiva para deliberar sobre as seguintes matérias de interesse da Companhia: (a) alteração do Estatuto Social da Companhia, inclusive no que implique a: (i) modificação do objeto social da Companhia; (ii) alteração de quóruns de deliberações, alteração de competências da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (iii) alteração das regras de convocação, instalação, redução dos poderes e demais disposições relativas às reuniões do Conselho de Administração ou Assembleias Gerais da Companhia; (iv) mudança no número de membros do Conselho de Administração ou no número de membros da Diretoria da Companhia; (v) alteração da política de distribuição de dividendos da Companhia, inclusive quanto à criação e fixação dos limites de

quaisquer reservas estatutárias; (vi) criação de novas classes de ações; ou (vii) o desdobramento e grupamento de ações da Companhia; (b) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos administradores e conselheiros fiscais da Companhia, ressalvado o disposto no inciso II do artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações; (e) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles preparadas; (d) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (e) aprovação de planos de opção de compra de ações de emissão da Companhia ou outros planos de incentivo; (f) transformação, fusão, cisão ou incorporação da Companhia (ou de suas ações) de ou por outra sociedade; (g) dissolução e liquidação da Companhia, bem como a cessação do estado de liquidação; (h) emissão de novas ações (exceto conforme disposto no item "a" acima), debêntures conversíveis em ações ou quaisquer outros valores mobiliários que possam ser convertidos, permutados ou transformados em ações da Companhia, ou resultem na emissão de ações em benefício de seu titular; (i) aumento do capital social ou redução do capital social da Companhia; (j) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial ou de falência; e (k) qualquer deliberação da Companhia com respeito à matéria listada no inciso V do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações; **Parágrafo único:** É vedado a qualquer acionista intervir em deliberação em que possua ou representante interesse conflitante com o da Companhia. Considera-se-á abusivo o voto proferido por acionista em deliberação em que possua ou representante interesse conflitante com o da Companhia. **Capítulo V – Administração: Artigo 11** A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração, como órgão de deliberação colegiada, e à Diretoria, cabendo a esta última, sob a supervisão e controle do Conselho de Administração, gerir as operações diárias da Companhia. **Parágrafo 1º.** A remuneração global dos membros da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo a deliberação sobre a forma de sua distribuição ao Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração não farão jus a remuneração. **Parágrafo 2º.** Os diretores poderão abdicar aos seus direitos de remuneração, quando estes forem remunerados por outra empresa do grupo. **Seção I – Do Conselho de Administração: Artigo 12** O Conselho de Administração será composto por no máximo, 7 (sete) membros, pessoas naturais e residentes ou não no Brasil, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandatos de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** Os Acionistas poderão substituir, a qualquer tempo e sem justificativa, o(s) membro(s) do Conselho de Administração mediante deliberação. **Parágrafo 2º.** Na hipótese de destituição, renúncia, substituição, impedimento permanente, ou qualquer outro evento que resulte na vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, a assembleia geral deverá ser convocada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, para que os Acionistas elejam o substituto. **Parágrafo 3º.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada conselheiro um voto. **Artigo 13.** O Conselho de Administração deverá se reunir, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Parágrafo 1º.** Quaisquer dos membros poderão convocar as reuniões do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou mediante solicitação escrita de qualquer dos Acionistas. **Parágrafo 2º.** As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer dos seus membros, eleito pela maioria dos conselheiros presentes. Será considerado presente à reunião o conselheiro que participar remotamente, seja por meio de telefone, videoconferência ou qualquer meio de comunicação que permita a comunicação instantânea de dados, desde que seus votos sejam encaminhados ao presidente do Conselho de Administração por escrito por carta, e-mail, previamente ou em até 3 (três) dias subsequentes à realização da reunião. Qualquer conselheiro poderá outorgar procuração para que outro conselheiro o represente e vote em seu nome na reunião do Conselho de Administração, desde que tal procuração contenha as pertinentes instruções de voto. Nesta hipótese, o conselheiro que se fizer representar por outro conselheiro será considerado presente na reunião de conselho, para todos os fins de direito. **Parágrafo 3º.** As reuniões serão convocadas com 5 (cinco) dias de antecedência, por meio de comunicação escrita, com indicação das matérias constantes da ordem do dia, acompanhadas dos documentos a elas pertinentes, quando for o caso. A presença de todos os membros do Conselho de Administração permitirá a realização de reuniões independentemente da convocação aqui prevista. Tal notificação deverá conter uma descrição da ordem do dia da respectiva reunião e cópia de todos os documentos a serem encaminhados ou disponibilizados para os membros do Conselho de Administração ou de outra forma necessários ao pleno conhecimento e entendimento das matérias incluídas na ordem do dia. **Parágrafo 4º.** As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão em primeira convocação com a presença da totalidade de seus membros, e, em segunda convocação, instalar-se-ão com a presença de qualquer número de seus membros. **Parágrafo 5º.** Todas as deliberações do Conselho de Administração deverão ser tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros. O Presidente do Conselho de Administração terá direito de voto de qualidade. **Parágrafo 6º.** As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos Conselheiros presentes ou representados na reunião. **Artigo 14.** Ao Conselho de Administração caberá deliberar sobre as matérias fixadas na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, quais sejam: (a) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto; (b) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (c) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (d) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (e) aprovar a compra de ações de emissão da Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação de ações que estejam em tesouraria; (f) estabelecer a política e a orientação geral dos negócios da Companhia segundo os termos deste Estatuto Social, e em conformidade com as deliberações tomadas em Assembleia Geral; (g) aprovar o orçamento anual ou qualquer alteração do mesmo; (h) aprovar critérios gerais de remuneração, políticas de benefícios, e fixação de parâmetros anuais para pagamento de remuneração variável aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia (i.e., diretores e gerentes); (i) alterar o critério para fixação do preço de emissão de novas ações da Companhia; (j) determinar o levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores, bem como autorizar o pagamento de juros sobre capital próprio ou declarar e determinar o pagamento de dividendos à conta de lucros apurados em tais balanços, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou em balanços intercalares, na forma prevista em lei; (k) aprovar o resgate, amortização, recompra ou qualquer outro tipo de negociação com as ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (l) aprovar quaisquer transações da Companhia com seus administradores, partes relacionadas ou ainda administradores de partes relacionadas; (m) aprovar o endividamento da Companhia no exercício ou a assunção de endividamento acima de R\$ 50.000,00; (n) aprovar a prestação, pela Companhia, de qualquer fiança,aval ou outras garantias pessoais ou reais a terceiros; (o) alterar de forma relevante as políticas contábeis e práticas de divulgação de informações da Companhia, exceto quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis; e (p) deliberar sobre os atos que excedam os limites de competência da Diretoria, dentro de suas próprias atribuições. **Seção II – Da Diretoria: Artigo 15.** A Diretoria será composta por 2 (dois) membros, residentes no País, eleitos para mandatos de 1 (um) ano, os quais serão eleitos e destituídos, a qualquer tempo, pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** Os Diretores serão investidos em seus cargos independentemente de caução, como permitido por lei, e cada diretor se sujeitará aos deveres e responsabilidades impostos por lei e pelo presente Estatuto Social. **Parágrafo 2º.** Ao final de seus mandatos, os diretores permanecerão em suas funções até que os novos diretores tomem posse. **Parágrafo 3º.** A Diretoria deverá ser composta de profissionais de ilibada reputação no mercado, com reconhecida competência e experiência em seus respectivos campos de atuação. **Artigo 16.** A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessárias à consecução dos objetivos sociais, e deliberar sobre todas as questões que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, conforme previstas em lei e neste Estatuto Social. **Artigo 17.** A Companhia será representada e obrigada-se-á: (a) pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores; (b) pela assinatura de um Diretor em conjunto com a assinatura de um procurador constituído para representar a Companhia, este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contido; ou (c) pela assinatura de 1 (um) procurador constituído para representar a Companhia (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia, e (v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo. **Parágrafo único:** As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão (i) ser assinadas sempre por 2 (dois) Diretores, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, e (iii) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção: (a) das procurações *ad iudicia*, que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado, e (b) das procurações outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) contrato(s) de financiamento. **Artigo 18.** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados pelos Diretores, por procuradores ou por empregados da Companhia que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias em favor perante terceiros, a menos que tais atos tenham sido previamente aprovados pelo Conselho de Administração. **Capítulo VI – Conselho Fiscal: Artigo 19.** O Conselho Fiscal, que não funcionará em caráter permanente, será constituído por até 3 (três) membros, e será instalado apenas nos exercícios sociais em que seu funcionamento for solicitado pelos acionistas, na forma e condições previstas em lei. **Parágrafo único** – Os membros do Conselho Fiscal terão atribuições, competências, responsabilidades

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/11/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04/09/2024 da SER Finanças – Serviços Financeiros S.A. e deveres definidos em lei, bem como uma compensação anual e global mínima fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro: Artigo 20. O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo 1º. Ao final de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras exigidas por lei. O lucro líquido então verificado terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, conforme previsto no Artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) 25% (vinte e cinco) sobre o lucro líquido, ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) o saldo terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. Parágrafo	2º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários. Parágrafo 3º. A Assembleia Geral poderá suspender ou alterar o percentual de dividendos a serem pagos aos Acionistas. Capítulo VIII – Liquidação: Artigo 21. A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação. Capítulo IX – Acordo de Acionistas: Artigo 22. A Companhia observará o(s) acordo(s) de acionistas arquivado(s) em sua sede e que esteja(m) em vigor na data da deliberação aplicável, pelo que fica vedado, (i) aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou da administração, acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo; e (ii) à Companhia, aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferên-	cia à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas. Em caso de dúvidas sobre o disposto no presente Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, deverá prevalecer o estabelecido no Acordo de Acionistas. Capítulo X – Alterações: Artigo 23. Este Estatuto poderá ser alterado a qualquer tempo, em qualquer um dos seus artigos, através de deliberação tomada pela Assembleia Geral, por maioria dos votos das acionistas, observadas as demais disposições legais. Capítulo XI – Foro: Artigo 24. Todas e quaisquer controvérsias relativas ao presente Estatuto Social ou às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que não sejam solucionadas de forma amigável pelos acionistas, deverão ser submetidas ao foro da Comarca de São Paulo/SP. São Paulo, 04 de setembro de 2024. (ass.:) Jânio Janguê Bezerra Diniz – Presidente da Mesa; Nathalie Regnier Cortes – Secretária da Mesa. JUCESP – Registrado sob o nº 386.265/24-0 em 22/10/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.
--	---	---

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/11/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Oxiteno S.A. Indústria e Comércio

CNPJ nº 62.545.686/0001-53 - NIRE 35.300025211

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01de novembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Dia 1º de novembro de 2024, às 10h00, na sede da Companhia, na Alameda Santos, 7º, 8º e 18º (parte) andar, Cerqueira Cesar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01418-002 ("OXSA" ou "Companhia").

2. Convocação: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações").

3. Presença: Presentes os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas.

4. Mesa: Presidente - Dilip Kumar Agarwal; Secretário - Leonardo Marques Guglielmi.

5. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da **Indorama Ventures Brazil Oxides Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.551, 8º andar, Brooklin Novo, CEP 04578-903, inscrita no CNPJ sob o nº 43.924.366/0001-60, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.237.967.986 ("IVBO") pela OXSA ("Protocolo e Justificação"), celebrado em 1º de novembro de 2024, entre as administrações da OXSA e da IVBO, que estabelece, dentre outros, os termos e condições da incorporação da IVBO pela Companhia ("Incorporação"); (ii) a aprovação e ratificação da contratação da **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, 62, 6º Andar, Centro, CEP 20021-290, inscrita no CNPJ sob o nº 08.681.365/0001-30 e no Conselho Regional de Contabilidade do estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC/RJ-005112/0-9 ("Empresa Avaliadora") como empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da IVBO a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação, (iv) a aprovação da Incorporação, com a absorção da totalidade do patrimônio líquido da IVBO pela Companhia; (v) a aprovação da redução do capital social da Companhia em decorrência da absorção do patrimônio líquido da IVBO; e (vi) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação e implementação da deliberação proposta e aprovada pelas acionistas da Companhia.

6. Deliberações: A única acionista deliberou, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, restrições ou reservas, o quanto segue: 6.1. Aprovar a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. 6.2. Aprovar, nos termos do artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações, o Protocolo e Justificação, celebrado pela administração da Companhia e da IVBO, o qual passa a integrar a presente ata como **Anexo I**. 6.3. Ratificar a nomeação e a contratação da Empresa Avaliadora como empresa independente especializada responsável para elaborar o Laudo de Avaliação, na data base de 1º de outubro de 2024, para fins da Incorporação, nos termos dos Artigos 226 e 227 da Lei das Sociedades por Ações. 6.4. Aprovar o Laudo de Avaliação, que integra a presente ata como **Anexo III**, preparado pela Empresa Avaliadora, na data base de 1º de outubro de 2024, para fins da Incorporação. 6.4.1. De acordo com o Laudo de Avaliação, o valor do patrimônio líquido da IVBO corresponde a R\$ 371.510.651,59 (trezentos e setenta e um milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos). De acordo com o balanço especial levantado na data da Operação, composto pelos elementos ativos e passivos contábeis e eliminação do saldo do investimento da controlada/incorporado e variações patrimoniais, o valor do "Acervo Líquido Incorporado" é equivalente ao valor negativo de R\$ 300.685.670,54 (trezentos milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos). Isto posto, o acervo líquido incorporado pela Companhia será absorvido pelas Contas de Reserva de Lucros e Capital Social, da seguinte forma: Reserva de Lucros: R\$ 271.000.043,73; Capital Social: R\$ 29.685.626,81; Total: R\$ 300.685.670,54. 6.4.2. Quaisquer variações patrimoniais da IVBO ocorridas entre 1º de outubro de 2024 e a presente data serão absorvidas e registradas pela Companhia nos termos do Protocolo e Justificação. 6.4.3. Fica registrado, para os devidos fins, que o capital social da IVBO, após a emissão do Laudo de Avaliação, foi aumentado em R\$ 2.022.265.000,00 (dois bilhões, vinte e dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais), resultando no novo capital social da IVBO em R\$ 2.559.191.865,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais). Este aumento foi aprovado pela sócia única da IVBO conforme 5ª alteração do contrato social realizada em 31 de outubro de 2024. 6.5. Aprovar a Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação, conforme disposto no Artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações, com a versão da totalidade do acervo líquido da IVBO à Companhia. 6.5.1. Em decorrência da Incorporação, haverá redução do capital social da Companhia. Desta forma, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 1.784.638.763,38 (um bilhão, setecentos e oitenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e oito centavos), dividido em 61.099.452 (sessenta e um milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e duas) ações, sendo (i) 35.102.127 (trinta e cinco milhões, cento e dois mil, cento e vinte e sete) ações ordinárias sem classe específica, (ii) 4.551.693 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, seiscentos e noventa e três) ações ordinárias Classe C, (iii) 7.148.544 (sete milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro) ações ordinárias Classe D, (iv) 7.148.544 (sete milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro) ações ordinárias Classe E, e (v) 7.148.544 (sete milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro) ações ordinárias Classe F, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas e, portanto, a redação do Artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 1.784.638.763,38 (um bilhão, setecentos e oitenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e oito centavos), dividido em 61.099.452 (sessenta e um milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e duas) ações, sendo (i) 35.102.127 (trinta e cinco milhões, cento e dois mil, cento e vinte e sete) ações ordinárias sem classe específica, (ii) 4.551.693 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, seiscentos e noventa e três) ações ordinárias Classe C, (iii) 7.148.544 (sete milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro) ações ordinárias Classe D, (iv) 7.148.544 (sete milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro) ações ordinárias Classe E, e (v) 7.148.544 (sete milhões, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro) ações ordinárias Classe F, cujas respectivas características estão descritas no Parágrafo Único abaixo. [...]". 6.5.2. Consigna a única acionista da Companhia que, tendo em vista a aprovação da Incorporação, as 61.099.452 (sessenta e um milhões, noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, atualmente detidas pela IVBO, serão atribuídas, na presente data, à **Indorama Ventures Netherlands Oxides Ltda.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Holanda, com sede na Markweg 201, 3198NB Europoort Rotterdam, inscrita no CNPJ sob o nº 44.530.304/0001-36, nos termos do Protocolo e Justificação. 6.5.3. Resolve a única acionista da Companhia consignar que em decorrência da aprovação da Incorporação nesta Assembleia Geral Extraordinária, bem como a aprovação da Incorporação pelos acionistas da IVBO na Resolução da Única Sócia da IVBO, a IVBO é extinta de pleno direito e a Companhia assumirá todos os direitos e obrigações da IVBO, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos, sem solução de continuidade. 6.6. Resolve a única acionista consolidar o Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a alteração da redação do seu Artigo 5º, *caput*, conforme item 6.5.1, nos termos do Anexo III. 6.7. Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações propostas e aprovadas nesta Assembleia, bem como todos os atos complementares à efetivação das deliberações acima tomadas, com amplos e gerais poderes para proceder a todos os registros, averbações, comunicações e transferências necessários para a implementação da Incorporação.

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Dilip Kumar Agarwal – Presidente; e Leonardo Guglielmi – Secretário. **Acionista Presente:** **Indorama Ventures Netherlands Oxides**, B.V., representada por seu procurador, Sr. Sanjeev Kumar Verma. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Leonardo M. Guglielmi**, Secretário. **LAUDO DE AVALIAÇÃO:** AP-00670/24-01. **Data-Base:** 01 de outubro de 2024. **Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido de Indorama Ventures Brazil Oxides Ltda., Apurado por Meio dos Livros Contábeis.** 1. Metodologia de avaliação. A **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.**, sociedade estabelecida na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 08.681.365/0001-30, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº 005112/0-9, representada por seu sócio infra-assinado, **Miguel Côrtes Carneiro Monteiro**, contador, portador do documento de identidade nº 25.647.900-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 105.918.297-11 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº CRC/SP-344323/0-6, residente e domiciliado na Cidade e no Estado de São Paulo, com escritório na Rua Bela Cintra, nº 1.200, Conjuntos 21 e 22, Cerqueira César, foi nomeada pela administração de **Oxiteno S.A. Indústria e Comércio**, doravante denominada **Oxiteno**, com sede na Alameda Santos, nº 960, 7º, 8º e 18º andares (parte), Cerqueira Cesar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 62.545.686/0001-53, para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil de **Indorama Ventures Brazil Oxides Ltda.**, doravante denominada IVBO, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 8º andar, Brooklin Paulista, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 43.924.366/0001-60, em 01 de outubro de 2024, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos. **2. Objetivo da avaliação:** A avaliação do patrimônio líquido contábil de IVBO, na data-base, nos termos dos artigos 226 e 227 da Lei nº 6.404/76, tem por objetivo a incorporação reversa da empresa por **Oxiteno**. **3. Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis:** A administração de IVBO é responsável pela escrituração dos livros e pela elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC, assim como pelos controles internos relevantes que ela definiu como necessários para permitir que tal processo seja livre de distorção significativa, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela companhia está descrito no Anexo 2 do Laudo de Avaliação. **4. Alcance dos trabalhos e responsabilidade do contador:** Nossa responsabilidade é apresentar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido de IVBO na data-base, conforme os trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o qual prevê o exame do balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, examinamos o balancete da companhia com base nas normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo contador, bem como um planejamento e uma execução com o objetivo de obter segurança razoável de que o objeto esteja livre de distorção relevante. A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Essa ação depende do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção significativa no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Em tal análise, o contador considera os controles internos pertinentes à elaboração do balanço patrimonial da empresa para planejar os processos apropriados às circunstâncias, mas não com vistas a expressar uma opinião sobre a efetividade de tais documentos. O trabalho abarca, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração de IVBO. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa conclusão. **5. Conclusão:** Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 371.510.651,59 (trezentos e setenta e um milhões, quinhentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos), conforme constava no balanço patrimonial de IVBO, na data-base, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo 1, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da companhia, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2024. **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.**, CRC/RJ-005112/0-9; **Miguel Côrtes Carneiro Monteiro**, Diretor, Contador (CRC/SP-344323/0-6).

NSTECH S.A.

CNPJ nº 35.714.295/0001-42 - NIRE: 3530054572-9

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2024

1. Data, Hora e Local: realizada em 24 de outubro de 2024, às 10 horas, na sede da **NSTech S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre III, 3º andar, conjunto 301, Cidade Jardim, CEP 05676-120. **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação, nos termos do Artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, Srs. Ola Rollén, Vasco Carvalho Oliveira Neto, Renata Gallucci Lourenço, Hélio Seibel, Eduardo Steinberg e José Carlos Reis de Magalhães Neto. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Ola Rollén; Secretária: Sra. Renata Gallucci Lourenço. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os Conselheiros da Companhia para, nos termos do Art. 143 da Lei das Sociedades por Ações, aprovar a contratação de empréstimo pela Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e feita a leitura e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem ressalvas: **5.1.** Aprovaram a contratação de empréstimo pela Companhia e/ou empresas de seu grupo econômico com instituição financeira de primeira linha, conforme previamente discutido em reuniões anteriores, sob a forma de Nota Comercial, no montante de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Ficam, assim, os diretores da Companhia autorizados a negociarem as condições de contratação, dentro dos limites aqui estabelecidos, bem como firmarem os documentos necessários à formalização de tal Nota Comercial, incluindo eventuais garantias (tais como aval ou fiança) pela Companhia e/ou empresas de seu grupo econômico; **5.2.** Ficam os diretores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas, incluindo, sem limitação, realizar os registros e atualizações cadastrais da Companhia nos órgãos públicos e privados competentes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada esta Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e pelos membros do Conselho de Administração presentes. **7. Assinaturas:** **Mesa:** Presidente: Ola Rollén; Secretária: Renata Gallucci Lourenço. **Membros do Conselho de Administração:** Ola Rollén, Vasco Carvalho Oliveira Neto, Renata Gallucci Lourenço, Hélio Seibel, Eduardo Steinberg e José Carlos Reis de Magalhães Neto. São Paulo, 24 de outubro de 2024. **Mesa:** **Ola Rollén**, p. Eduardo Steinberg, Presidente; **Renata Gallucci Lourenço**, Secretária. **Conselheiros:** **Ola Rollén**, p. Eduardo Steinberg; **Vasco Carvalho Oliveira Neto**, **Renata Gallucci Lourenço**, **Eduardo Steinberg**, **Hélio Seibel** e **José Carlos Reis de Magalhães Neto**. JUCESP nº 392.964/24-7 em 01/11/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

ABA Infra-Estrutura e Logística S.A.

CNPJ/MF nº 55.395.883/0001-78 - NIRE 35.300.513.550

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de Julho de 2024

Data, horário e local: 25 (vinte e cinco) de julho de 2024, às 10h00, na sede da Companhia, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.306, Conjunto 82, Sala 01, Vila Olímpia, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.547-005. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação e considerada sanada a falta de publicação do aviso aos acionistas nos termos do artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº. 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em face da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro próprio. **Mesa:** Presidente - Senhor Luis Antonio Floriano; Secretário - Senhor Joacks de Paula Lemos. **Ordem do Dia:** Deliberação sobre a proposta de distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$ 6.366.000,00 (seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil reais), à conta de Reserva de Lucros, conforme apurada em Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras levantados em 30 de junho de 2024. **Deliberações:** Por unanimidade, os acionistas, aprovaram a proposta de distribuição de dividendos intermediários acima, no valor de R\$ 6.366.000,00 (seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil reais), que deverão ser pagos até o dia 31 de agosto de 2024, cabendo R\$ 3.183.000,00 (trinta milhões, cento e oitenta e três mil reais) para cada um dos acionistas. Feita a distribuição acima, remanescerá na conta de Reserva de Lucros o montante de R\$ 145.244.955,89 (cento e quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais, oitenta e nove centavos). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, com a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, vai por todos assinada. **Mesa:** **Luis Antonio Floriano** - Presidente; **Joacks de Paula Lemos** - Secretário. **Acionistas:** **Carlos Cesar Floriano**; **Formitex Empreendimentos e Participações Ltda.** - Por: Alípio José Guzmão dos Santos. Jucesp nº 386.834/24-6 em 22/10/2024. Marina Centurion Daroani - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/11/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

